

Governo reforça pedido de liberação de recursos para cumprir 'regra de ouro'

Por Fábio Pupo | De Brasília

A equipe econômica ligou o sinal de alerta e começou a fazer um périplo pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para reforçar a necessidade da liberação de recursos para o cumprimento da chamada "regra de ouro" das contas públicas neste ano.

As reuniões são feitas após o TCU ter adiado a análise da liberação, solicitada pelo governo, dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) na última semana. Os recursos do fundo renderiam cerca de R\$ 10 bilhões ao governo.

O pedido do governo chegou a ser aprovado pela área técnica do tribunal e pelo ministro relator, Vital do Rêgo, e estava pronto para ser apreciado em plenário. O Ministério Público no TCU, no entanto, pediu para analisar a matéria antes de uma votação.

A procuradoria não tem prazo definido para devolver o assunto à pauta, mas Vital pediu que seja feita com celeridade. O ministro-substituto André Luis de Carvalho adiantou que abriria uma posição divergente da do relator quando a matéria retornar.

O ministro do Planejamento,

Esteves Colnago, disse que a equipe está procurando visitar todos os ministros para falar da importância do tema para o governo. Ontem, ele se reuniu com o ministro André Luis de Carvalho. "Contamos com os recursos que estão em superávit em fundos. O Fistel é um deles. Deve chegar ao fim do ano em R\$ 10,5 bilhões", afirmou Colnago.

Segundo o ministro, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) terá orçamento atendido mesmo com o eventual uso dos recursos do fundo. Segundo ele, está se discutindo o montante que "excede" a necessidade do fundo e, portanto, não haveria motivos para não usá-lo.

Outras duas consultas foram feitas pelo governo ao TCU para o cumprimento da "regra de ouro". Um foi sobre o uso de receitas obtidas pela União com royalties de petróleo e gás. Nas contas do Tesouro, essa rubrica renderia R\$ 27 bilhões.

Um terceiro pedido de análise foi sobre o uso de forma mais ampla do dinheiro que está no caixa do Tesouro decorrente do chamado superávit financeiro. A operação ligada ao superávit financeiro, se autorizada, teria potencial de recursos de quase R\$ 300 bilhões, mas a própria equipe econômica considerava ter mais dificuldades de obter autorização do tribunal.

Acordo "ressuscita" solução para elétricas

Por Daniel Rittner | De Brasília

O governo e o Congresso Nacional se alinham em busca de uma solução para o risco hidrológico - conhecido pela sigla em inglês GSF - dos geradores de energia. Eles pretendem ressuscitar, em linhas gerais, um artigo que foi retirado de última hora da MP 814. A medida provisória, que ainda está em tramitação, deve ser alterada para garantir aos donos de usinas hidrelétricas a possibilidade de estender a vigência dos seus contratos como forma de compensação às perdas acumuladas nos últimos anos.

O acordo foi costurado com autoridades do setor em reunião, na semana passada, no Ministério de Minas e Energia. A pasta já era a favor de uma solução para o assunto no fim de dezembro, quando a MP 814 foi publicada, mas divergências com a Casa Civil e com a equipe econômica levaram o governo a excluir esse item. O novo texto será apresentado, hoje à tarde, em reunião da comissão mista responsável pela análise do assunto no Congresso.

A intenção de usar a medida provisória para resolver o problema do risco hidrológico foi confirmada ao Valor pelo secretário-executivo do ministério, Márcio Félix, que participou da reunião na quarta-feira.

"Uma solução definitiva virá no texto que for aprovado pela comissão", reforçou o senador Eduardo Braga (MDB-AM), presidente do colegiado e ex-ministro de Minas e Energia.

Durante sua gestão na pasta, em 2015, saiu um acordo bem-sucedido com geradores que haviam negociado sua energia para as distribuidoras no ambiente de contratação regulada (ACR). No entanto, os agentes que comercializam sua produção no mercado livre preferiram manter ações judiciais contra suas perdas financeiras. Por isso, o embate ainda gera valores em aberto nas liquidações financeiras do mercado de curto prazo de eletricidade, que promovem mensalmente pagamentos e recebimentos entre as empresas do setor.

"Naquela época, o passivo do ACL [ambiente de contratação livre] era de R\$ 1 bilhão. Hoje está em quase R\$ 9 bilhões e não termina o ano abaixo de R\$ 11 bilhões", diz Braga. Para ele, a regulamentação definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) pesou contra os acordos no mercado livre. Quanto mais se demora para uma solução, mais cresce o valor. "Se tivéssemos resolvido lá atrás, não teria aumentado a esse ponto e nem criado problemas de liquidez no setor."

Várias emendas parlamentares foram apresentadas para tratar do problema. Segundo o senador, nenhuma delas será copiada na íntegra. O novo texto da MP 814, diz, deverá dar uma solução alongando o período de vigência dos contratos da hidrelétricas e sem ônus para a tarifa. "Em vez de esse custo ir para o consumidor, alonga-se o prazo de concessão, desde que o empresário desista das ações judiciais em andamento."

Em dezembro, quando a medida provisória foi editada, o Ministério de Minas e Energia propunha extensão das concessões por até 15 anos para recompor os prejuízos desde 2013. A esmagadora maioria das usinas, porém, precisava de apenas alguns meses adicionais de contrato para recuperar o equilíbrio econômico. Parte do governo não aceitou a proposta, porque algumas ações estavam para ser julgadas, o que de fato ocorreu nos tribunais superiores, mas sem ainda pacificar totalmente a questão.

O déficit hidrológico acontece quando as usinas, por causa da escassez de chuvas e da queda dos reservatórios, não conseguem produzir toda a energia comprometida nos contratos de fornecimento. Com isso, as geradoras precisam recorrer a outros fornecedores para honrar esses compromissos. Outros prejuízos assumidos pelas usinas têm ocorrido





por atrasos na entrada em funcionamento de linhas de transmissão que escoam a energia.

A Abrace, associação dos grandes consumidores industriais de energia, apoia as mudanças, desde que não haja aumento de tarifas. "Só não tem cabimento jogar mais um ônus no colo dos consumidores", diz o presidente da entidade, Edvaldo Santana.

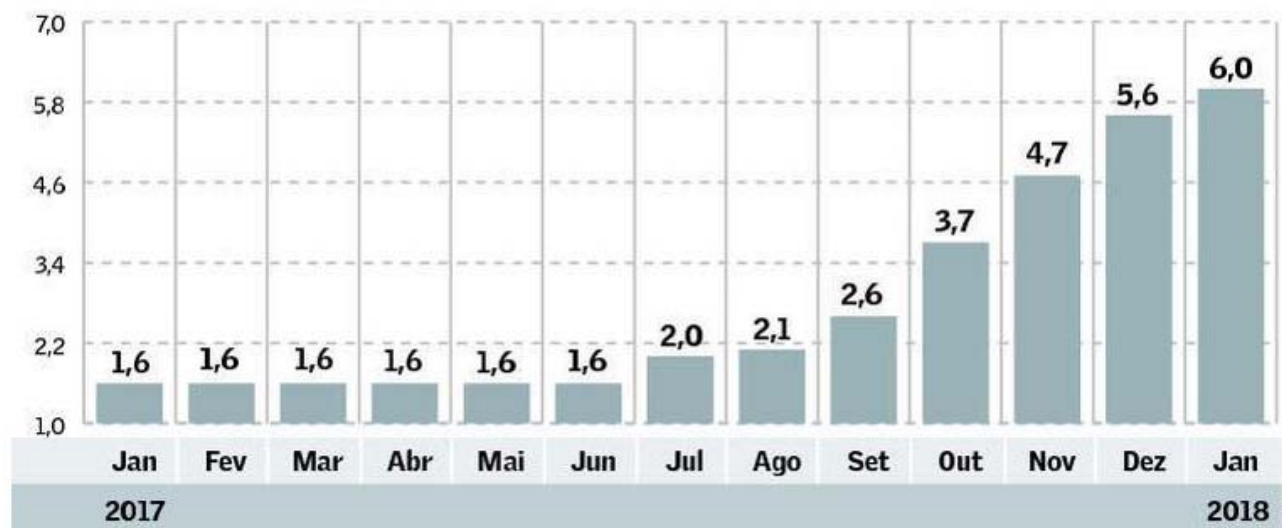
Em ofício assinado na semana passada pelo diretor-geral, Romeu Rufino, a Aneel colocou-se contra as

mudanças propostas na MP 814. "Qualquer novo aprimoramento de regras deve ter efeitos para o futuro, e não para o passado. Para um ambiente de negociação regulatoriamente seguro, é imperioso que as regras do passado sejam preservadas", disse Rufino no documento, que foi enviado ao relator da medida provisória, deputado Julio Lopes (PP-RJ).

Mesmo para o atraso dos linhões, o diretor afirmou que é "inadequado" revisar uma regra em vigência há quase 20 anos.

Alta voltagem

Valor de liminares contra o risco hidrológico (em R\$ bilhões)



Fonte: CCEE

Tesouro já não conta com os R\$ 12,2 bi de usinas da Eletrobras

Por Fabio Graner e Daniel Rittner
| De Brasília

O Tesouro Nacional já não pode mais contar com os recursos previstos com a descotização de usinas hidrelétricas da Eletrobras. São R\$ 12,2 bilhões que entrariam nos cofres públicos em 2018. Oficialmente, essa valor já conta com um alerta no Orçamento, por meio de uma reserva dentro do conjunto de despesas, mas já está claro no governo que é impossível de ser recebido ainda neste ano, devido à redação final do decreto que trata da privatização da estatal.

Na sexta-feira, uma reunião da cúpula do setor elétrico verificou que não dá mais para o dinheiro entrar. A privatização da empresa ainda em 2018 ficou "extremamente improvável", segundo o diagnóstico. Apesar disso, o governo pretende seguir com o discurso de que será possível executar a operação e, para sustentar isso, deve manter por mais algum tempo essa reserva no Orçamento, bem como a previsão de receitas, embora em algum momento tenha que ser retirada em definitivo.

A preocupação em segurar o discurso, e os dados da

contabilidade, é não só tentar manter viva a possibilidade de o Congresso ao menos aprovar o projeto de lei da privatização, mas também garantir força política para as operações de vendas de distribuidoras que hoje fazem parte da estatal e dão prejuízo a ela.

A situação se assemelha ao vivido na Previdência, onde o governo sustentou até o limite o discurso de que acreditava na votação e aprovação da matéria, mas depois teve que reconhecer a realidade. O problema é que o decreto editado na semana passada explicitou a remota chance de privatização neste ano, já que, se tudo der certo e o projeto for aprovado no meio do ano, há uma mínima possibilidade de ela ocorrer em dezembro. Mas, nesse caso, os recursos da descotização ainda entrariam no Orçamento de 2019 e não neste ano.

Uma das próximas discussões que ocorrerão no governo é se os R\$ 12 bilhões serão incluídos ou não na proposta de Orçamento de 2019, sendo retirada de 2018. Isso não está sendo feito agora por conta da estratégia política, mas é uma decisão que as autoridades já sabem que terão de enfrentar.

Uma das dificuldades para incluir

no Orçamento do ano que vem é a estratégia, anunciada na divulgação do PLDO 2019, de não incluir na proposta nada que dependa de decisão do próximo presidente. Esse seria o caso da Eletrobras, caso a privatização realmente não ocorra neste ano. Por outro lado, esse tema específico pode contar com o argumento de que o projeto já está no Congresso e, portanto, seria razoável incluir as receitas na proposta, até como elemento de pressão política para o próximo presidente prosseguir com a privatização.

Dentro da estratégia de manter vivo o assunto e a possibilidade de privatização da Eletrobras, a diretoria do BNDES se reúne amanhã para ver se tem como agilizar alguns aspectos necessários ao seu andamento mais célere.

Mesmo com o decreto vedando estudos antes de o projeto ser aprovado no Congresso, o banco decidirá se pelo menos avança na preparação e divulgação dos editais de concorrência das empresas responsáveis pelos estudos. De qualquer forma, a medida ganhará apenas alguns dias e/ou semanas, porque a contratação só poderá ocorrer depois que o Congresso aprovar o projeto de lei.

O nó do funcionalismo

Fonte inesgotável de ineficiência, corrupção e desperdício de dinheiro público, as empresas estatais ademais pagam salários muito superiores à média do mercado, mesmo entregando um serviço de má qualidade. Reportagem do Estado mostrou que as distribuidoras do sistema Eletrobrás, que contabilizaram prejuízo de R\$ 4,2 bilhões em 2017, oferecem salários médios de R\$ 11,7 mil, cerca de três vezes a média paga em empresas privadas. São casos como esse que ilustram a urgência de uma reavaliação completa do papel do Estado, o que inclui discutir o tamanho e a remuneração do corpo de funcionários públicos e questionar a necessidade de constituir empresas estatais para atuar em setores nos quais a iniciativa privada é mais eficiente e produtiva.

Fugir desse debate, por receio de enfrentar as poderosas corporações do serviço público, é contribuir para inviabilizar o funcionamento da máquina estatal, há muito tempo sufocada por seu desnecessário gigantismo e incapaz de se fazer presente onde é realmente necessária. A captura do Estado por interesses alheios aos do cidadão que paga impostos resulta em situações como a da Amazonas Energia. Distribuidora da Eletrobrás que dá mais prejuízo, aquela empresa paga salário médio de R\$ 15,5 mil, o maior do País no setor.

Já a distribuidora de Roraima, embora seja a mais ineficiente de todas, oferece salário médio de R\$ 15 mil. Não é coincidência que as empresas mais problemáticas sejam as que pagam salários muito acima do verificado no mercado, totalmente fora da realidade – a remuneração média da Nanoenergia, concorrente da Amazonas Energia, por exemplo, é de R\$ 4,3 mil. Basta uma rápida mirada nessa situação para perceber que a função primordial dessas estatais não é distribuir energia da forma mais barata e eficiente possível, e sim empregar e bem remunerar funcionários públicos.

Fica fácil entender, diante disso, a dificuldade que o governo está enfrentando para privatizar a Eletrobrás e suas distribuidoras. Os opositores da privatização

invocam argumentos nacionalistas e dizem defender os direitos dos trabalhadores da estatal. Na realidade, tratase da conhecida mobilização política e sindical para a manutenção de feudos privilegiados, controlados tanto pelo funcionalismo como por parlamentares que dali auferem lucros eleitoreiros, enquanto os cidadãos comuns são obrigados a financiar tais benesses em troca de serviços ruins e a enfrentar a crônica falta de recursos para as reais necessidades do País.

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, já comunicou ao Congresso que a situação das distribuidoras é simplesmente insustentável. Essas empresas devoraram R\$ 3,75 bilhões em dinheiro dos consumidores nos últimos dois anos, e a cada mês mais R\$ 202 milhões são necessários. A privatização, portanto, é imperiosa e deverá acontecer, mais cedo ou mais tarde. Em vista disso, a guilda dos funcionários públicos se mobiliza para arrancar mais algum benefício antes da privatização.

São concessões que nenhuma empresa privada faria: os servidores querem estabilidade de cinco anos para 70% dos funcionários das distribuidoras, além da realocação dos servidores em outras estatais. Esse caso serve como exemplo do divórcio litigioso entre o funcionalismo público e a realidade. E a realidade é que o Estado é incapaz de sustentar sua monumental estrutura, sendo seguidamente necessário recorrer a gambiarras para fechar as contas. Quando o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, informa que o governo pedirá ao Congresso para adiar, de 2019 para 2020, os reajustes salariais dos servidores federais, porque, do contrário, haverá paralisação da máquina pública, fica claro que se trata apenas de mais um paliativo desesperado.

A essência do problema – a existência de uma categoria de brasileiros imunes às vicissitudes do mercado de trabalho e quase sempre dispensados de demonstrar eficiência e capacidade produtiva, embora muito bem remunerados – permanece intocada.

Brasil e Chile terão acordo para proteger investimentos

Protocolo para área financeira será assinado na sexta-feira em visita do presidente Sebastián Piñera ao Brasil

Lu Aiko Otta / BRASÍLIA

Brasil e Chile deverão assinar um protocolo de proteção de investimentos na área financeira na próxima sexta-feira, durante a visita do presidente chileno, Sebastián Piñera, ao Brasil. "É uma garantia que, se uma instituição financeira tiver algum problema, haverá um mecanismo governo a governo para dirimi-lo", disse o subsecretário-geral da América Latina e do Caribe do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Paulo Estivallet. "Não é preciso buscar mediação internacional, pois haverá um compromisso de resolver qualquer situação."

Instituições financeiras brasileiras têm forte atuação no Chile. Os chilenos, por sua vez, têm no Brasil seu principal destino de investimentos no exterior. O estoque chega a US\$ 32 bilhões.

Os investimentos brasileiros no Chile são da ordem de US\$ 4 bilhões.

O protocolo faz parte de uma geração de acordos internacionais que o Brasil começou a assinar em 2015, que oferecem uma proteção adicional a companhias que investem no exterior. Está prevista a designação de um ombudsman local que dará apoio às empresas quando houver problemas com o governo ou com a Justiça, por exemplo.

"Isso fortalece a segurança jurídica para o funcionamento das instituições financeiras", comentou o diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e de Serviços do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Norberto Moretti. E regras estáveis são importantes para atrair recursos.

Mais amplo. O protocolo financeiro, a ser assinado agora, complementa um acordo mais amplo assinado entre Brasil e Chile em 2015, que protege

investimentos nos demais setores da economia. Na época decidiu-se que os bancos teriam um capítulo à parte, por se tratar de uma atividade altamente regulada.

Além do Chile, o Brasil já tem Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFIs) com o Peru, Colômbia, México, Angola, Moçambique e Malawi. Um protocolo com as mesmas finalidades foi formalizado no Mercosul (Argentina, Paraguai e Uruguai) em dezembro passado.

Durante a visita, deverá ser assinado também um acordo de compras governamentais, pelo qual empresas dos dois países poderão participar das licitações públicas em igualdade de condições. A regra valerá para compras de mercadoria ou serviço superiores a R\$ 20 mil e para obras de valor maior do que R\$ 2 milhões. "É um progresso notável, já que é um instrumento de política industrial e de desenvolvimento", frisou o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Jorge Arbache.

Funcionários da Aneel querem indicar diretor

Servidores da agência vão apresentar uma lista tríplice de candidatos para o cargo para tentar evitar indicação política; Planalto não comenta

Anne Warth/ BRASÍLIA

Em meio às movimentações intensas de indicações políticas para a escolha dos diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), os servidores do órgão decidiram apresentar uma lista tríplice de candidatos para o cargo. A iniciativa é semelhante ao que ocorre nas escolhas do procurador-geral da República, que prestigia a escolha dos procuradores, e do reitor da Universidade de São Paulo (USP), em que a comunidade acadêmica também tem chance de opinar.

A ideia, segundo a Associação dos Servidores da Agência Nacional de Energia Elétrica (Asea), é contribuir para o fortalecimento da instituição e para o amadurecimento das carreiras do órgão. A lista final

será apresentada no dia 7 de maio e enviada aos atuais diretores da Aneel, ao Ministério de Minas e Energia, à Casa Civil da Presidência da República e ao Senado Federal.

A movimentação dos servidores é uma tentativa de emplacar ao menos um dos cinco membros da diretoria da Aneel. Conforme mostrou o Estado em sua edição de ontem, o presidente Michel Temer, que deve tentar a reeleição, terá a chance de indicar todos os diretores do órgão regulador este ano. Como os diretores de agências reguladoras têm mandato de quatro anos e influenciam decisões de impacto bilionário, as indicações são alvo de uma grande disputa que corre nos bastidores entre parlamentares de diversos partidos políticos.

O primeiro turno da votação na Aneel ocorreu entre os dias 18 e 20 de abril e teve a participação de 405 pessoas, ou 65% do quadro de servidores, com resultado foi divulgado ontem (23). O primeiro

lugar ficou com Leandro Caixeta Moreira, assessor do diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino. Ele recebeu 99 votos.

Empatadas no segundo lugar, com 90 votos, ficaram Nara Rúbia de Souza, chefe de gabinete de Romeu Rufino, e Camilla de Andrade Gonçalves Fernandes, superintendente adjunta de Fiscalização dos Serviços de Geração de Energia Elétrica; em seguida, ficaram Alessandro D" Afonseca Cantarino, superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração, e Ludimila Lima da Silva, superintendente Adjunta de Concessões e Autorizações de Geração.

Cinco candidatos vão passar para o segundo turno, etapa que vai definir os três candidatos. Essa eleição vai ocorrer entre os dias 2 e 4 de maio. Os interessados em participar dessa fase deverão se manifestar. Questionado, o Planalto disse que não comenta o caso.

Governo vai usar R\$ 10,5 bi de fundo para cumprir 'regra de ouro'

Dinheiro do setor de telecomunicações deve ajudar a cobrir rombo de R\$ 203 bi; TCU ainda vai analisar nova destinação

Eduardo Rodrigues BRASÍLIA

O governo vai utilizar R\$ 10,5 bilhões do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) para cumprir a regra de ouro do Orçamento em 2018, confirmou ontem o ministro do Planejamento, Esteves Colnago. "Até o fim do ano, estimamos que o superávit no Fistel será de R\$ 10,5 bilhões. Esse é o saldo contabilizado de 2012 até hoje. Os recursos estão à disposição e não há por que o governo não usá-los", disse ele, após reunião no Tribunal de Contas da União (TCU) com o ministro interino da corte de contas, André Luis de Carvalho.

Na semana passada, o Estadão/Broadcast havia informado, com base em informações de fontes da área técnica, que deveriam ser

utilizados perto de R\$ 10 bilhões do Fistel para essa finalidade.

A regra de ouro impede a emissão de dívida para pagar despesas correntes como salários e aluguéis. Na prática, o uso do dinheiro do fundo – criado para financiar a fiscalização do setor de telecomunicação – diminui a necessidade do governo de emitir dívida, minimizando o risco de desrespeito à norma constitucional, o que configuraria crime de responsabilidade.

Colnago está fazendo uma rodada de encontros com os ministros do órgão de controle para esclarecer dúvidas sobre a questão, que será analisada pelo tribunal. Ele deve se encontrar com a procuradora-geral do TCU, Cristina Machado, que havia pedido mais tempo para analisar a matéria. O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, participa dos encontros, com outros representantes da Fazenda

e do Planejamento.

O TCU vai analisar, a pedido do Ministério Público, a consulta do governo federal sobre a possibilidade de utilizar os recursos do Fistel. O caminho para cumprir a regra de ouro, porém, é longo. O rombo é de R\$ 203,4 bilhões para este ano. Quase metade do valor, R\$ 100 bilhões, deverá ser coberta com a segunda parcela da devolução dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao Tesouro.

O TCU avalia outros dois pedidos do governo com o objetivo de cumprir a norma. O primeiro é uma autorização para usar os saldos positivos nas contas públicas registrados em anos anteriores. O segundo é a utilização de royalties sobre a exploração do petróleo, estimados em R\$ 27 bilhões. / COLABORARAM IDIANA TOMAZELLI E BRENO PIRES